

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

ACEF S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

ACEF S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....1

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
ACEF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ACEF S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ACEF S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e/ou de sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e/ou de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e/ou suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

ACEF S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.016	7.370	13.523	8.059
Contas a receber	6	22.693	27.366	28.267	30.839
Tributos a recuperar		821	835	861	835
Outros créditos		521	462	3.575	5.030
Total do ativo circulante		34.051	36.033	46.226	44.763
Não circulante					
Contas a receber	6	146	-	146	-
Depósitos judiciais		682	814	1.565	1.873
Investimentos	7	142.769	136.590	42	-
Imobilizado, líquido	8	13.966	13.385	56.669	54.059
Intangível, líquido	9	507	474	93.606	96.728
Total do ativo não circulante		158.070	151.263	152.028	152.660
Total do ativo		192.121	187.296	198.254	197.423

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	493	122.776	628	123.118
Debêntures a pagar	11	355	-	355	-
Fornecedores		1.252	1.551	2.111	2.539
Obrigações trabalhistas	12	8.646	7.568	11.279	12.281
Obrigações tributárias	13	4.477	3.729	5.373	5.278
Adiantamento de clientes		109	2.654	109	3.986
Obrigações por aquisições de participações societárias	15	3.223	5.026	3.223	5.026
Total do passivo circulante		18.555	143.304	23.078	152.228
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	112	465	112	465
Debêntures a pagar	11	121.522	-	121.522	-
Obrigações tributárias	13	2.874	3.780	2.874	3.780
Provisão para demandas judiciais	14	1.812	1.353	3.422	2.556
Obrigações por aquisição de participações societárias	15	7.500	10.000	7.500	10.000
Total do passivo não circulante		133.820	15.598	135.430	16.801
Patrimônio líquido					
Capital social	16	22.000	6.869	22.000	6.869
Reservas de capital	16	-	15.131	-	15.131
Reservas de lucros	16	17.746	6.394	17.746	6.394
Total do patrimônio líquido		39.746	28.394	39.746	28.394
Total do passivo e patrimônio líquido		192.121	187.296	198.254	197.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	20	183.749	155.853	257.321	155.853
Custo dos serviços prestados	21	(92.447)	(76.222)	(144.633)	(76.222)
Lucro bruto		91.302	79.631	112.688	79.631
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	21	(28.914)	(22.923)	(39.630)	(22.923)
Depreciação e amortização	21	(2.576)	(2.219)	(8.663)	(2.219)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	(7.149)	(5.690)	(7.981)	(5.690)
Resultado de equivalência patrimonial		2.282	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	21	2.161	446	1.794	446
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		57.106	49.245	58.208	49.245
Receitas financeiras	22.1	1.432	899	1.552	899
Despesas financeiras	22.2	(24.592)	(3.039)	(25.789)	(3.039)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.946	47.105	33.971	47.105
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.194)	(36)	(1.219)	(36)
Lucro líquido do exercício		32.752	47.069	32.752	47.069
Média ponderada das ações no exercício	17	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ação em reais	17	81,84	117,62		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	32.752	47.069	32.752	47.069
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	32.752	47.069	32.752	47.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
		Capital social	Futuro aumento de capital	Retenção de lucros	Reserva legal			Total das reservas de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2014		6.869	-	1.562	1.064	2.626	-	9.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	47.069	47.069
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	16.b	-	-	-	310	310	(310)	-
Dividendos distribuídos	16.d	-	-	-	-	-	(28.170)	(28.170)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	15.131	-	-	-	(15.131)	-
Retenção de lucros		-	-	3.458	-	3.458	(3.458)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		6.869	15.131	5.020	1.374	6.394	-	28.394
Aumento de capital		15.131	(15.131)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	5.700	-	5.700	-	5.700
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	32.752	32.752
Constituição da reserva legal	16.b	-	-	-	1.638	1.638	(1.638)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.b	-	-	-	-	-	(7.779)	(7.779)
Dividendos adicionais distribuídos	16.d	-	-	-	-	-	(19.321)	(19.321)
Retenção de lucros		-	-	4.014	-	4.014	(4.014)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		22.000	-	14.734	3.012	17.746	-	39.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.946	47.105	33.971	47.105
Resultado de equivalência patrimonial	(2.282)	-	-	-
Depreciação e amortização	2.576	2.219	8.663	2.219
Amortização do custo de captação	66	-	66	-
Encargos financeiros sobre financiamentos	8.749	931	8.941	931
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	1.054	26	1.054	26
Juros de debêntures	12.265	-	12.265	-
Provisão para demanda judicial	459	(103)	866	(103)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.149	5.690	7.981	5.690
Outros	12	1.428	53	1.428
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Mensalidades a receber	(2.622)	(12.586)	(5.555)	(12.587)
Depósitos judiciais	132	(505)	308	(505)
Outros créditos	(59)	732	1.456	(3.408)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(299)	1.051	(428)	1.048
Obrigações trabalhistas	1.078	(922)	(1.002)	-
Obrigações tributárias	(1.131)	(3.123)	(1.849)	(4.040)
Mensalidades antecipadas	(2.545)	127	(3.877)	127
Outras contas a pagar	-	(806)	-	(806)
	58.548	41.264	62.913	37.125
Imposto de renda e contribuição social pagos	(207)	-	(207)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	58.341	41.264	62.706	37.125
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição CEUNSP	-	(101.550)	-	(100.861)
Obrigações por aquisições de participações societárias	(5.357)	-	(5.357)	-
Adiantamento para futuro aumento de investimento	(2.905)	(20.040)	-	-
Aumento de investimentos em controladas	(950)	-	-	-
Acrécimo no imobilizado	(3.091)	(6.902)	(7.992)	(6.902)
Acrécimo no intangível	(153)	(144)	(254)	(144)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.456)	(128.636)	(13.603)	(107.907)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.700	-	5.700	-
Dividendos pagos	(27.100)	(28.687)	(27.100)	(28.688)
Empréstimos e financiamentos pagos	(9.433)	(931)	(9.833)	(16.830)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	925	-	924
Captação de debêntures		121.327		121.327
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(12.406)	-	(12.406)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(43.239)	92.634	(43.639)	76.733
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	2.646	5.262	5.464	5.951
No início do exercício	7.370	2.108	8.059	2.108
No fim do exercício	10.016	7.370	13.523	8.059
	2.646	5.262	5.464	5.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Av. Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 – Pq. Universitário – Franca - SP. A Companhia e sua controlada direta têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

Aquisição de controlada

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. (“CEUNSP”). O Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio possui atualmente 150 cursos, turnos e habilitações, sendo do Jardim da Infância à Pós-Graduação, na região de Itu e Salto.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2017

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e sua controlada apresentada abaixo:

<u>Razão social</u>	<u>País sede</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras da controlada é elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, somada ao valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.2. Combinação de negócios--continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida estiverem relacionados a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

A aquisição efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi realizada pela aquisição integral das quotas da empresa adquirida, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controlador sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e sua controlada apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e sua controlada classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.4. Reconhecimento de receita--continuação

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e sua controlada são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5. Tributos--continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para a Companhia e sua controlada, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e sua controlada, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e/ou sua controlada incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e/ou sua controlada não possuem investimentos mantidos até o vencimento ou investimentos financeiros disponíveis para venda.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou sua controlada que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38.

Derivativos e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia e sua controlada não possuíam instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- São transferidos seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) não foram transferidos nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que fosse amortizado, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e/ou sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e/ou sua controlada inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia e/ou sua controlada concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e/ou sua controlada. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e/ou sua controlada incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e sua controlada concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou sua controlada irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10. Imobilizado--continuação

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou sua controlada basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou sua controlada obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--continuação

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.14. Provisões--continuação

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais quando for provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou sua controlada não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.18. Informação por segmento

A Companhia e/ou sua controlada estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria, por exemplo) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda deve ser reconhecido no resultado na compra, venda emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Montantes pagos ou recebidos são contabilizados diretamente no patrimônio.

2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9.

A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia encontra-se em fase inicial da adoção do IFRS 9 no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma, identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016-- continuação

Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificados quaisquer efeitos materiais que requeressem qualquer divulgação adicional.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito e troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia encontra-se em fase inicial da adoção do IFRS 15 no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma, identificação de eventuais mudanças nos sistemas informatizados, estabelecimento de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas neste novo normativo. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras não haviam sido identificados quaisquer efeitos materiais que requeressem qualquer divulgação adicional.

IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 e a Companhia encontra-se em fase de definição se essas alterações serão adotadas na elaboração das demonstrações financeiras a findar-se em 31 de dezembro de 2017.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4. Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.20. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--
continuação

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão na Companhia, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios

a) Aquisição da CEUNSP

Em 23 de dezembro de 2015 a Companhia concretizou a aquisição de 100% das cotas da Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP"). Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 24 de novembro de 2015.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Valor desembolsado na data da aquisição	101.550
A serem pagos de forma parcelada	15.000
Total da contraprestação	116.550

b) Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, é apresentado a seguir:

Descrição	R\$	Ajuste Ágio (a)	Ajustado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	689	-	689
Contas a receber	3.473	-	3.473
Outros ativos	1.720	-	1.720
Imobilizado	66.239	(25.564)	40.675
Intangível			
Marca	10.787	-	10.787
Carteira de alunos	3.849	2.233	6.082
Cláusula de não concorrência	8.171	-	8.171
	94.928	(23.331)	71.597
Passivo			
Fornecedores	(989)	-	(989)
Empréstimos e financiamentos	(16.242)	-	(16.242)
Outros passivos	(8.797)	-	(8.797)
	(26.028)	-	(26.028)
Total de ativos identificáveis líquidos	68.900	(23.331)	45.569
Ágio	47.650	23.331	70.981
Total da contraprestação	116.550	-	116.550

- a) A Companhia concluiu suas análises para definição do valor justo dos ativos adquiridos e por consequência realizou os devidos ajustes previstos no CPC 15 relacionado ao período de revisão de até um ano da data de aquisição.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios--continuação

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados e mão-de-obra da CEUNSP. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Metodologia para o reconhecimento dos ativos identificados na combinação de negócios

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Imóvel (Edificação)	7.682	"Método de quantificação de custo"	25 anos
Imóvel (Terreno)	10.871	"Método comparativo de dados de mercado"	-
Móveis e utensílios	166	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	8 anos
Máquinas e equipamentos	1.272	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	11 anos
Bens móveis	1.029	"Método comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	3 anos
Marca	10.261	"Método da economia royalties"	50 anos
Carteira de alunos	6.082	"Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Cláusula de não concorrência	8.171	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquido na aquisição da controlada

	Dezembro/2015
Preço de aquisição pago em caixa	101.550
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(689)
Desembolso líquido de caixa em 2015	100.861

Impacto da aquisição nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios gerados pela CEUNSP, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 23 de dezembro de 2015, sendo as transações entre 24 de dezembro e 31 de dezembro de 2015 imateriais. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas consolidadas totalizariam R\$ 74.340 e o lucro consolidado das operações seria de R\$ 4.723.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios--continuação

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$315, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e sua controlada ACEF possuem respaldo contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da CEUNSP.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	11	11	13	11
Equivalentes de caixa	10.005	7.359	13.510	8.048
Total	10.016	7.370	13.523	8.059

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Mensalidades	(a)	33.019	23.780	46.346	36.071
Crédito universitário	(b)	12.982	17.021	12.982	17.021
Acordos em andamento	(c)	1.951	5.587	2.991	5.587
Outras contas a receber		1.937	879	2.437	522
Subtotal		49.889	47.267	64.756	59.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(27.050)	(19.901)	(36.343)	(28.362)
Total		22.839	27.366	28.413	30.839
Circulante		22.693	27.366	28.267	30.839
Não circulante		146	-	146	-

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--continuação

- (b) Compreende as mensalidades a receber que foram objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e sua controlada.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise do saldo dos clientes e as respectivas aberturas por faixa de atraso, sendo considerado o histórico de inadimplência e as negociações em andamento.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
(=) Saldos em 31/12/2014	14.211	14.211
(+/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.690	5.690
(+) Aquisição Ceunsp		8.461
(=) Saldos em 31/12/2015	19.901	28.362
(+/-) Constituições de provisão para créditos de	7.149	7.981
(=) Saldos em 31/12/2016	27.050	36.343

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
A vencer				
Crédito universitário	12.982	26%	17.021	36%
Mensalidades a receber	146	1%	401	1%
Acordos em andamento	586	1%	808	2%
Outras contas a receber	1.937	4%	879	2%
Vencidos				
Até 180 dias	7.188	14%	8.257	17%
Acima de 180 dias	27.050	54%	19.901	42%
Total	49.889	100%	47.267	100%

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--continuação

	Consolidado			
	31/12/2016	%	31/12/2015	%
A vencer				
Crédito universitário	12.982	20%	17.021	29%
Mensalidades a receber	146	1%	401	1%
Acordos em andamento	1.155	1%	808	1%
Outras contas a receber	2.437	4%	522	1%
Vencidos				
Até 180 dias	11.693	18%	12.087	20%
Acima de 180 dias	36.343	56%	28.362	48%
Total	64.756	100%	59.201	100%

7. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valor pago na aquisição da CEUNSP (vide Nota Explicativa 4) Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	-	116.550	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da CEUNSP	27.377	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na CEUNSP	112.445	-	-	-
	2.905	20.040	-	-
Total	142.727	136.590	-	-
Acervo histórico	42	-	42	-
Total	142.769	136.590	42	-

b) Movimentação de Investimentos

	CEUNSP
Saldos em 31 de dezembro de 2015	136.590
Equivalência patrimonial	6.352
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	(4.070)
Equivalência patrimonial	2.282
Aumento de capital	950
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.905
Saldos em 31 de dezembro de 2016	142.727

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--continuação

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada

Controlada direta em 31 de dezembro de 2015

	<u>CEUNSP</u>
% de Participação	99,99%
Ativo circulante	4.589
Ativo não circulante	<u>23.414</u>
Total do ativo	<u>28.003</u>
Passivo circulante	8.923
Passivo não circulante	21.243
Patrimônio líquido	<u>(2.163)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>28.003</u>
Lucro líquido do período de 23 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>

Controlada direta em 31 de dezembro de 2016

	<u>CEUNSP</u>
% de Participação	99,99%
Ativo circulante	12.792
Ativo não circulante	<u>24.240</u>
Total do ativo	<u>37.032</u>
Passivo circulante	5.140
Passivo não circulante	1.610
Patrimônio líquido	<u>30.282</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>37.032</u>
Receita líquida	73.572
Custo dos serviços prestados	(53.786)
Despesas operacionais, líquidas	(12.332)
Despesas financeiras, líquidas	(1.077)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(25)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.352</u>

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	7.072	(3.385)	3.687	6.879	(2.815)	4.064
Veículos	20	309	(248)	61	300	(220)	80
Equipamentos de informática	20	5.256	(3.563)	1.693	4.823	(3.003)	1.820
Máquinas e equipamentos	10	8.427	(4.898)	3.529	7.820	(4.471)	3.349
Móveis e utensílios	10	3.360	(2.134)	1.226	2.963	(2.020)	943
Instalações	10	694	(639)	55	694	(619)	75
Benfeitorias	10	1.868	(341)	1.527	1.868	(155)	1.713
Outras imobilizações	10	2.615	(427)	2.188	1.642	(301)	1.341
		29.601	(15.635)	13.966	26.989	(13.604)	13.385

b) Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos	0	14.452	-	14.452	14.452	-	14.452
Prédios	4	15.786	(790)	14.996	15.786	-	15.786
Acervo bibliográfico	10	7.976	(3.541)	4.435	7.637	(2.815)	4.822
Veículos	20	638	(337)	301	629	(220)	409
Equipamentos de informática	20	9.556	(4.233)	5.323	7.412	(3.003)	4.409
Máquinas e equipamentos	10	10.519	(5.071)	5.448	9.466	(4.471)	4.995
Móveis e utensílios	10	8.427	(2.620)	5.807	7.537	(2.020)	5.517
Instalações	10	719	(640)	79	706	(619)	87
Benfeitorias	10	1.868	(342)	1.526	1.868	(155)	1.713
Outras imobilizações	10	4.730	(428)	4.302	2.171	(302)	1.869
		74.671	(18.002)	56.669	67.664	(13.605)	54.059

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--continuação

A demonstração da movimentação imobilizado nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

a) Controladora

Custo	Movimentação							Saldo em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	
Acervo bibliográfico	6.124	755	-	6.879	193	-	-	7.072
Veículos	286	14	-	300	9	-	-	309
Equipamentos de informática	4.042	840	(59)	4.823	524	(91)	-	5.256
Máquinas e equipamentos	6.655	1.295	(130)	7.820	711	(104)	-	8.427
Móveis e utensílios	2.379	611	(27)	2.963	433	(36)	-	3.360
Instalações	668	26	-	694	-	-	-	694
Benfeitorias	603	1.265	-	1.868	-	-	-	1.868
Outras imobilizações	956	2.096	(1.410)	1.642	1.221	-	(248)	2.615
Total	21.713	6.902	6)	26.989	3.091	(231)	(248)	29.601

Depreciação	Controladora - Movimentação							Saldo em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	
Acervo bibliográfico	(2.269)	(546)	-	(2.815)	(570)	-	-	(3.385)
Veículos	(181)	(39)	-	(220)	(28)	-	-	(248)
Equipamentos de informática	(2.499)	(562)	58	(3.003)	(650)	90	-	(3.563)
Máquinas e equipamentos	(4.149)	(429)	107	(4.471)	(522)	95	-	(4.898)
Móveis e utensílios	(1.925)	(124)	29	(2.020)	(148)	34	-	(2.134)
Instalações	(599)	(20)	-	(619)	(20)	-	-	(639)
Benfeitorias	(42)	(113)	-	(155)	(186)	-	-	(341)
Outras imobilizações	(236)	(70)	5	(301)	(126)	-	-	(427)
Subtotal	(11.900)	(1.903)	199	(13.604)	(2.250)	219	-	(15.635)
Total	9.813	4.999	(1.427)	13.385	841	(12)	(248)	13.966

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--continuação

b) Consolidado

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016
Custo									
Terrenos	-	14.452	-	-	14.452	-	-	-	14.452
Prédios	-	15.786	-	-	15.786	-	-	-	15.786
Acervo bibliográfico	6.124	758	755	-	7.637	304	35	-	7.976
Veículos	286	329	14	-	629	9	-	-	638
Equipamentos de informática	4.042	2.589	840	(59)	7.412	2.235	(91)	-	9.556
Máquinas e equipamentos	6.655	1.646	1.295	(130)	9.466	1.157	(104)	-	10.519
Móveis e utensílios	2.379	4.574	611	(27)	7.537	926	(36)	-	8.427
Instalações	668	12	26	-	706	25	(12)	-	719
Benfeitorias em propriedades de terceiros	603	-	1.265	-	1.868	-	-	-	1.868
Outras imobilizações	956	529	2.096	(1.410)	2.171	3.336	(3)	(774)	4.730
Subtotal	21.713	40.675	6.902	(1.626)	67.664	7.992	(211)	(774)	74.671

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--continuação

b) Consolidado

	Consolidado - Movimentação								
	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Reclass.	Saldos em 31/12/2016
Depreciação									
Prédios	-	-	-	-	-	(790)	-	-	(790)
Acervo bibliográfico	(2.269)	-	(546)	-	(2.815)	(726)	-	-	(3.541)
Veículos	(181)	-	(39)	-	(220)	(117)	-	-	(337)
Equipamentos de informática	(2.499)	-	(562)	58	(3.003)	(1.320)	90	-	(4.233)
Máquinas e equipamentos	(4.149)	-	(429)	107	(4.471)	(696)	96	-	(5.071)
Móveis e utensílios	(1.925)	-	(124)	29	(2.020)	(634)	34	-	(2.620)
Instalações	(599)	-	(20)	-	(619)	(21)	-	-	(640)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(42)	-	(113)	-	(155)	(187)	-	-	(342)
Outras imobilizações	(235)	-	(70)	3	(302)	(126)	-	-	(428)
Subtotal	(11.899)	-	(1.903)	197	(13.605)	(4.617)	220	-	(18.002)
Total	9.814	40.675	4.999	(1.429)	54.059	3.375	9	(774)	56.669

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--continuação

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.096 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.236). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício 2015 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 925) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo anterior	2.236	1.396
(+) Adição	-	925
(-) Amortização	(140)	(85)
Saldo final	2.096	2.236

9. Intangível

É composto por:

a) Controladora

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Marca	206	-	206	-	-	-
Software	2.153	(1.852)	301	2.087	(1.613)	474
	2.359	(1.852)	507	2.087	(1.613)	474

b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágio (b)							
CEUNSP (a)	-	70.981	-	70.981	70.981	-	70.981
CEUNSP (a)							
Marca	4% a.a	10.787	(410)	10.377	10.261	-	10.261
Relacionamento com clientes	11% a.a	6.082	(1.217)	4.865	6.082	-	6.082
Cláusula de Não-Concorrência	20% a.a	8.171	(1.634)	6.537	8.171	-	8.171
Marca	-	206	-	206	-	-	-
Software	20% a.a	2.952	(2.312)	640	2.846	(1.613)	1.233
		99.179	(5.573)	93.606	98.341	(1.613)	96.728

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--continuação

- (a) Ágio proveniente da aquisição efetuada pela Companhia em 2015 (vide Nota Explicativa 4) em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos" e no Consolidado foi reclassificado para a rubrica "Intangível".
- (b) Vida útil indefinida, sujeito a teste de recuperabilidade ("impairment test").

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Reclassificação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo									
Marca	-	-	-	-	-	206	-	-	206
Software	10% a.a.	2.004	144	(61)	2.087	-	153	(87)	2.153
Amortização									
Software	10% a.a.	(1.358)	(316)	61	(1.613)	-	(326)	87	(1.852)
Total		646	(172)	-	474	206	(173)	-	507

b) Consolidado

Movimentação	Vida útil	Saldos em 31/12/2014	Aquisição CEUNSP	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Reclassifi cação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016
Custo										
Ágio										
Ceunsp – Ágio rentabilidade futura (a)	indefinida	-	70.981	-	-	70.981	-	-	-	70.981
Alocação do preço de compra – CEUNSP										
Marca	definida	-	10.261	-	-	10.261	526	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	definida	-	6.082	-	-	6.082	-	-	-	6.082
Cláusula de Não - Concorrência	definida	-	8.171	-	-	8.171	-	-	-	8.171
Marca	Indefinida	-	-	-	-	-	206	-	-	206
Software	definida	2.004	759	144	(61)	2.846	-	254	(148)	2.952
Total do Custo		2.004	96.254	144	(61)	98.341	732	254	(148)	99.179
Amortização										
Alocação preço de compra – CEUNSP										
Marca	4% a.a	-	-	-	-	-	-	(410)	-	(410)
Relacionamento com clientes	11% a.a	-	-	-	-	-	-	(1.217)	-	(1.217)
Cláusula de Não - Concorrência	20% a.a	-	-	-	-	-	-	(1.634)	-	(1.634)
Marca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software		(1.358)	-	(316)	61	(1.613)	-	(785)	86	(2.312)
Total da Amortização		(1.358)	-	(316)	61	(1.613)	-	(4.046)	86	(5.573)
Total		646	96.254	(172)	-	96.728	732	(3.792)	(62)	93.606

- a) Sujeito a teste de recuperabilidade ("impairment test");

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--continuação

Os ativos classificados como “Software” correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e sua controlada, sua taxa de amortização é fixada em 10% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência perpétua e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

A parcela do ágio não alocada foi identificada através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2016 e 2015)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participação</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2016</u>
CEUNSP	16,3%	70.981

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--continuação

Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 8% e ganhos de margem anuais de 4%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--continuação

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 5,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de arrendamento mercantil	(a) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	605	1.288	740	1.630
Contratos FINAME	(b) Taxa pré 0,3274% a.m acima TLPJ	-	-	-	-
Notas promissórias comerciais	(c) Taxa CDI + taxa pré de 2,85%	-	121.953	-	121.953
		605	123.241	740	123.583
Passivo circulante		493	122.776	628	123.118
Passivo não circulante		112	465	112	465

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--continuação

- a) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil.
- b) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos.
- c) Em 22 de dezembro de 2015, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela ACEF. Em 19 de abril, as Notas Promissórias Comerciais foram resgatadas e houve imediata emissão de Debêntures simples.

Garantias

- Da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.
- As notas promissórias têm como garantia da Companhia que cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos futuros debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis, apurado nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, decorrentes do pagamento das mensalidades devidas pelos alunos da Unifran.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2016 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	112	465
2019	-	-
Total	112	465

Os empréstimos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- Se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- Se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- Se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- Se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--continuação

Aquisição da Ceunsp

Em 22 de dezembro de 2015, visando recursos para expansão e aquisição, foram emitidas cinco Notas Promissórias Comerciais, pela Companhia, no valor de total de R\$ 122.000, sendo cada uma no valor de R\$ 22.400. As Notas Promissórias Comerciais possuem prazo de até 180 \dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de junho de 2016. Como garantia da operação foi dado aval pela Companhia. Os gastos com a emissão das referidas notas comerciais foram de R\$ 662 e serão amortizados até a data de vencimento.

Os juros incidentes sobre estas notas comerciais correspondem a 100% da variação do CDI e juros de 2,85% a.a.. Até a data de seus vencimentos, a Companhia tem como objetivo o resgate destas Notas Promissórias Comerciais e imediata emissão de debêntures simples, em mesmos valores e condições, através de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Lei 6.385/76, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários No. 566/2015, da Instrução CVM No. 476/09 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis.

Em 19 de abril de 2016, a Companhia converteu as notas promissórias em debêntures, foi celebrado "Instrumento particular de contrato de distribuição pública com esforços restritos de colocação (1a. Emissão) de debêntures simples, não conversíveis em ações", de emissão da Acef S.A., no valor de R\$ 122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 ("Valor Nominal Unitário"). Vide nota 11.

Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente e transferiu, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Ceunsp decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da quotas da Ceunsp; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Ceunsp localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1ª Emissão – Debentures – ACEF	(a) Taxa CDI + 2,85% a.a.	121.877	-	121.877	-
		<u>121.877</u>	<u>-</u>	<u>121.877</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		355	-	355	-
Passivo não circulante		121.522	-	121.522	-

Movimentação das debêntures

	<u>Controladora e Consolidado</u>
(=) Saldos em 31/12/2015	<u>-</u>
(+) Reclassificação	121.952
(-) Gastos com emissão	-
(+) Atualização monetária / Juros	12.265
(+) Amortização do custos de captação	66
(-) Pagamento de encargos financeiros	(12.406)
(-) Amortização do Principal	-
(=) Saldos em 31/12/2016	<u>121.877</u>
Circulante	355
Não circulante	121.522

- a) Em 19 de abril de 2016, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento Particular de Escritura Pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da Companhia, no valor de R\$122 milhões, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão (“Valor Nominal Unitário”). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de: R\$203 (Comissão de Distribuição e Garantia Firme do Banco Bradesco) + R\$63 (comissão de estruturação do Banco Bradesco) + R\$285 (Custas e Emolumentos de 4 cartórios distintos para registro de todos os documentos da operação, inclusive garantias) + R\$150 (honorários advocatícios e de peritos).

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures--continuação

O valor nominal unitário será amortizado semestralmente, a 1ª parcela em 22 de junho de 2018, a 2ª parcela em 22 de dezembro de 2018, a 3ª parcela em 22 de junho de 2019, a 4ª parcela em 22 de dezembro de 2019, a 5ª parcela em 22 de junho de 2020, a 6ª parcela em 22 de dezembro de 2020, a 7ª em 22 de junho de 2021 e a 8ª em dezembro de 2021 (data de vencimento), sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal.

A Remuneração será paga, a partir da data de emissão, em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de junho de 2016 e o último pagamento na data de vencimento (ou na data em que ocorrer a declaração do vencimento antecipado ou o resgate antecipado facultativo total das debêntures). A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2.85% a.a.

Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

De forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, a Companhia e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo alienaram fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 100% do capital social, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" celebrado entre a Companhia, o garantidor e o agente fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2016, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	24.400	24.400
2019	24.400	24.400
2020	24.400	24.400
Acima de 2020	48.322	48.322
Total	121.522	121.522

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários a pagar	3.003	2.587	4.579	4.611
Provisão para férias e encargos	3.786	3.353	3.806	4.787
FGTS a recolher	525	438	762	1.218
INSS a recolher	1.313	1.175	2.105	1.590
Outras obrigações	19	15	27	75
Total	8.646	7.568	11.279	12.281

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF a recolher	1.481	1.052	2.022	1.829
Impostos retidos	41	45	180	612
ISS a recolher	1.101	781	1.226	938
IRPJ e CSLL	270	215	287	215
PIS e COFINS a recolher	143	144	217	192
REFIS (a)	422	733	422	733
Parcelamento ISS (b)	3.893	4.539	3.893	4.539
Total	7.351	7.509	8.247	9.058
Passivo circulante	4.477	3.729	5.373	5.278
Passivo não circulante	2.874	3.780	2.874	3.780

- (a) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, a controladora Unifran aderiu ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.
- (b) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controladora Unifran aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	226	188	231	194
Processos trabalhistas	1.586	1.165	3.191	2.362
Total	1.812	1.353	3.422	2.556

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	188	1.165	1.353
Adições / (Reversões)	38	421	459
Saldos em 31 de dezembro de 2016	226	1.586	1.812

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	194	2.362	2.556
Adições / (Reversões)	37	829	866
Saldos em 31 de dezembro de 2016	231	3.191	3.422

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também, estão sujeitos a exame e à aprovação final pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$231 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2015).

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--continuação

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Processos trabalhistas com perda provável

Os principais processos trabalhistas são referentes a horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo interjornada e intrajornada, diferenças de salário por redução de carga horária de professores e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 3.191 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.362 em 31 de dezembro de 2015).

Ressarcimento para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Da totalidade dos processos com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2016: 43 processos trabalhistas no valor total estimado em R\$1.476, referem-se integralmente ou predominantemente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Companhia, anteriores à aquisição pela atual controladora da Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, que excedam o valor de R\$14.000, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui os seguintes processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	1.052	423	1.256	592
Processos tributários	12.341	10.727	12.342	10.727
Processos trabalhistas	2.391	1.286	4.486	3.055
Total	15.784	12.436	18.084	14.374

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para demandas judiciais--continuação

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 1.256 (R\$ 592 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Ação indenizatória proposta contra a Companhia por estudantes que alegam terem sido vítimas de estelionato por indivíduo que se passava por tutora representante de polo de cursos supostamente ofertados pela Companhia na cidade de Nova Ponte- MG, tendo matriculado tais alunos, realizado atividades e recebido valores de mensalidades, sem o conhecimento e autorização da Companhia. Pleiteiam o reconhecimento das atividades realizadas perante a suposta tutora, regularização de sua vida acadêmica, convalidação dos estudos sem custos. Alternativamente, na impossibilidade de convalidação, pleitearam a restituição dos valores pagos a título de mensalidade, cujo valor não foi indicado na inicial e indenização por danos morais. Foi considerado pelos advogados o valor de R\$60 como possível perda.

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$4.486 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.055 em 31 de dezembro de 2015).

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$12.342 em 31 de dezembro de 2016 (R\$10.727 em 31 de dezembro de 2015).

Dentre os principais processos podemos destacar:

Há 10 processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a Companhia discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível avaliado em R\$11.781. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa. Como se referem a assuntos anteriores à aquisição da Companhia por sua controladora atual, a responsabilidade, garantida contratualmente, é dos ex-proprietários.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações por aquisições de participações societárias

	<u>Controladora e consolidado</u>
(+) Aquisição CEUNSP	116.550
(+) Juros	26
(-) Pagamento	(101.550)
Saldos em 31/12/2015	15.026
(+) Juros	1.054
(-) Pagamento	(5.357)
	10.723
Passivo Circulante	3.223
Passivo não Circulante	7.500

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 22.000 (R\$ 6.869 em 31 de dezembro de 2015) composto por 400.182 (400.182 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Ações</u>	<u>% Part.</u>	<u>Ações</u>	<u>% Part.</u>
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100.00%	400.181	100.00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	400.182	100%	400.182	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da lei das sociedades por ação.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, "o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos".

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--continuação

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

O demonstrativo e a movimentação dos dividendos são conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	32.752	47.069
Base para reserva legal	32.752	47.069
Constituição para reserva legal (i)	(1.638)	(310)
Base para dividendo mínimo obrigatório	31.114	46.759
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(7.779)	(11.690)
Dividendos adicionais	(19.321)	(16.481)
Proposta para aumento de capital (ii)	-	(15.131)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(4.014)	(3.457)

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social.

(ii) O Art. 199 da lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$ 15.131 do saldo de reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

17. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	32.752	47.069
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação	400.182	400.182
Lucro por ação em R\$	81,84	117,62

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

18.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou sua controlada as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou sua controlada apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas na Nota explicativas 10.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e sua controlada são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2016, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

18.1 Instrumentos financeiros--continuação

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2016:

Cenário em 31 de dezembro de 2016 (Controladora):

Operação	Risco	31/12/2016	Provável (CDI – 13,25%)	Varição de 25%	Varição de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	10.016	11.343	10.967	10.592
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	605	685	708	731
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	121.877	138.026	142.598	147.170

Operação	Risco	31/12/2016	Provável (CDI – 13,25%)	Varição de 25%	Varição de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	13.523	15.315	14.807	14.300
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	740	838	866	894
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	121.877	138.026	142.598	147.170

Cenário em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado):

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

18.1 Instrumentos financeiros--continuação

O risco de crédito dos alunos é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e sua controlada têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2015							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	122.776	465	-	123.241	123.118	465	-	123.583
Fornecedores	1.551	-	-	1.551	2.539	-	-	2.539
Obrigações tributárias	3.729	2.513	1.267	7.509	5.278	2.513	1.266	9.057
Obrigações por aquisição de participação societária	5.026	5.000	5.000	15.026	5.026	5.000	5.000	15.026
Total	133.082	7.978	6.267	147.327	135.961	7.978	6.266	150.205

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

18.1 Instrumentos financeiros--continuação

Passivos financeiros	31/12/2016							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	493	112	-	605	628	112	-	740
Debêntures a pagar	355	48.800	72.722	121.877	355	48.800	72.722	121.877
Fornecedores	1.252	-	-	1.252	2.111	-	-	2.111
Obrigações tributárias	4.477	2.874	-	7.351	5.373	2.874	-	8.247
Obrigações por aquisição de participação societária	3.223	5.000	2.500	10.723	3.223	5.000	2.500	10.723
Total	9.800	56.786	75.222	141.808	11.690	56.786	75.222	143.698

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	605	123.583
Debêntures a pagar	121.877	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.523)	(8.059)
(=) Dívida Líquida	108.959	115.524
Patrimônio líquido	39.746	28.393
Dívida líquida e patrimônio líquido	148.705	143.917

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--continuação

18.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	13.523	8.059	13.523	8.059
Contas a receber (Nota 6)	28.413	30.839	28.413	30.839
Total	41.936	38.898	41.936	38.898
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	740	123.583	743	126.574
Debêntures a pagar (Nota 11)	121.877	-	122.596	-
Fornecedores	2.111	2.540	2.111	2.540
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 15)	10.723	15.026	10.723	15.026
Total	135.451	141.149	136.173	144.140

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- Os valores de contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures aproxima-se do valor justo, pois seus valores de mercado não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

Hierarquia do valor justo

A Companhia não possuía instrumentos financeiros ativos e passivos contabilizados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.946	47.105	33.971	47.105
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(11.542)	(16.016)	(11.550)	(16.016)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(655)	(73)	(2.436)	(73)
Exclusões:				
Outras exclusões	330	293	330	293
Equivalência patrimonial	1.203	-	-	-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	17	2.605	732	2.605
Total isenção - PROUNI	9.453	13.155	11.705	13.155
	(1.194)	(36)	(1.219)	(36)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.194)	(36)	(1.219)	(36)
	(1.194)	(36)	(1.219)	(36)

(i) As principais adições são oriundas das provisões para demandas judiciais e a amortização de intangíveis alocados em combinações de negócios da controlada direta CEUNSP, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 (provisão) e 386 (ágio), não são despesas dedutíveis.

20. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta				
Cursos de graduação	265.388	192.995	345.793	192.995
Cursos de pós-graduação	6.112	5.196	7.236	5.196
Cursos técnicos e colégio	10.857	11.397	22.462	11.397
Outras receitas	1.511	1.519	3.012	1.519
	283.868	211.107	378.503	211.107
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(93.700)	(47.592)	(111.147)	(47.592)
Devoluções de mensalidades e taxas	(1.101)	(3.101)	(2.314)	(3.101)
Tributos	(5.318)	(4.561)	(7.721)	(4.561)
Receita líquida	183.749	155.853	257.321	155.853

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e encargos sociais	(79.507)	(70.549)	(124.243)	(70.549)
Depreciação de imobilizado	(2.250)	(1.903)	(4.617)	(1.903)
Amortização do software	(326)	(316)	(785)	(316)
Amortização do intangível	-	-	(3.261)	-
Aluguel e condomínio	(7.172)	(5.298)	(10.273)	(5.298)
Energia elétrica, água e telefone	(2.040)	(1.922)	(3.700)	(1.922)
Utilidades, limpeza e segurança	(878)	(843)	(5.034)	(843)
Publicidade e propaganda	(3.619)	(2.760)	(5.312)	(2.760)
Serviços de terceiros	(17.646)	(11.369)	(20.330)	(11.369)
Manutenção e reparos	(1.098)	(966)	(2.841)	(966)
Materiais de consumo	(3.125)	(2.260)	(5.061)	(2.260)
Provisão para demandas judiciais	(459)	103	(866)	103
Custos com parceria	(1.972)	(788)	(1.972)	(788)
Custos pedagógicos	(1.144)	(509)	(1.337)	(509)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.149)	(5.690)	(7.981)	(5.690)
Outras	(540)	(1.538)	(1.500)	(1.538)
	(128.924)	(106.608)	(199.114)	(106.608)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(92.447)	(76.222)	(144.633)	(76.222)
Despesas gerais e administrativas	(28.914)	(22.923)	(39.630)	(22.923)
Depreciação e amortização	(2.576)	(2.219)	(8.663)	(2.219)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.149)	(5.690)	(7.981)	(5.690)
Outras despesas operacionais, líquidas	2.161	446	1.794	446
	(128.924)	(106.608)	(199.114)	(106.608)

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

22.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas sobre aplicações financeiras	1.130	565	1.182	565
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	301	298	367	298
Outras receitas	1	36	3	36
Total das receitas financeiras	1.432	899	1.552	899

22.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controlada (a)	(1.080)	(26)	(1.080)	(26)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(290)	(363)	(1.069)	(363)
Tarifas bancárias	(1.204)	(829)	(1.383)	(829)
IOF	(27)	(25)	(55)	(25)
Juros bancários e multas	(977)	(865)	(996)	(865)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(21.014)	(931)	(21.206)	(931)
Total despesas financeiras	(24.592)	(3.039)	(25.789)	(3.039)

(a) Refere-se a encargos financeiros aplicados sobre a parcela de contas a pagar por aquisição de participações societárias.

23. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Dentro de um ano	8.213	7.622
Após um ano, mas menos de cinco anos	33.001	30.638
Mais de 5 anos	106.043	98.409
	147.257	136.669

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos--continuação

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Controladora			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	346	321	780	780
Entre um á cinco anos	410	284	798	508
Total Arrendamento Mercantil	756	605	1.578	1.288
Encargos Financeiros	(151)	-	(290)	-
Valor Presente	605	605	1.288	1.288

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos Pagamentos
Dentro de um ano	490	386	1.005	1.005
Entre um á cinco anos	435	354	1.003	625
Total Arrendamento Mercantil	925	740	2.008	1.630
Encargos Financeiros	(185)	-	(378)	-
Valor Presente	740	740	1.630	1.630

ACEF S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Importância segurada	
	31/12/2016	31/12/2015
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	120.000	120.000
Perda ou pagamento de aluguel	7.000	-
Tumultos, greves, lockout e atos dolosos	547	3.000
Queda de aeronave, fenômenos naturais, impacto de veículo terrestre e demais aéreo ou espacial	1.500	7.900
Danos elétricos	1.000	1.000
Outros	2.550	1.620
	132.597	133.520

25. Eventos subsequentes

Em 20 de março de 2017, a controlada CEUNSP celebrou um Compromisso de Venda e Compra de Bem Imóvel e Outras Avenças com Motriz Participações Ltda., que resultará na venda do imóvel localizado no Município de Salto, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Vieira Tavares, nº 73, Centro, objeto da matrícula nº 32.877 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Salto, após a quitação integral do preço. O preço total é de R\$ 25.500, a serem pagos por meio de um sinal, trinta dias após a assinatura, e oito parcelas semestrais, sendo a última no valor do saldo remanescente a ser paga em 22 de dezembro de 2021. Os valores serão corrigidos de acordo com a variação do IGP-M/FGV até a data do efetivo pagamento de cada parcela. A propriedade do imóvel só será transferida após a quitação integral do preço. Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da controlada ACEF, em 2 de março de 2017, na qual estes aprovaram a assinatura do compromisso.